

SENHORES(A)S ACIONISTAS:

A Administração da Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Informações Consolidadas da Companhia referentes ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2019 (4T19) e o ano de 2019, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS - International Financial Reporting Standards, estabelecido pelo IASB - International Accounting Standards Board. Recomenda-se a leitura deste material em conjunto com as Notas Explicativas às Informações Anuais Consolidadas.

PERFIL DA COMPANHIA E DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

A Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial é uma companhia brasileira de produtos e serviços de alto valor agregado com foco no setor de petróleo e gás. Seus negócios estão organizados em dois segmentos: Produtos e Serviços. O Segmento de Produtos oferece, principalmente para o setor de petróleo e gás, válvulas, cabos para ancoragem de plataformas de produção, válvulas industriais e equipamentos para completação de poços e revestimento de tubulações, além de participação relevante em empresa do segmento de compressores para gás natural veicular. O Segmento de Serviços oferece serviços, workover, intervenção em poços, inspeção e reparação.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO AOS ACIONISTAS E AGENTES DO MERCADO DE CAPITAIS

Como no trimestre anterior, no 4T19 o desempenho das nossas atividades refletiu a palidez da retomada da economia e a falta de empuxo do setor petrolífero. A economia teve um crescimento muito baixo, de apenas 1,1% no ano, e a nossa performance espelha tal situação.

O crescimento das vendas frente ao trimestre anterior resulta do desempenho próprio da companhia, que teve no período maior suporte de recursos financeiros, após o desinvestimento da empresa de serviços colombiana no 3T19.

O destaque do período foi a expansão da rentabilidade das vendas dos nossos produtos. Tal expansão foi consequência de um longo trabalho de desenvolvimento de alternativas de suprimento de componentes e produtos na Ásia, que começou a frutificar com a chegada e consumo dos primeiros lotes. Contribuiu também mudanças na estratégia de pricing, resultante de esforços para desenvolvimento de inteligência de mercado.

A margem bruta de Produtos ficou em 16,4% ante 7,4% do período anterior. Como a depreciação onera muito o nosso custo, devido ao ainda baixo nível de atividade, costumamos medir a margem ex-depreciação - nesta métrica a margem foi de 39% (29% no 3T19).

Esse desenvolvimento é muito importante, pois, *ceteris paribus*, com um maior volume de vendas, a diluição de custos fixos e o atingimento do ponto de equilíbrio tende a ser muito mais rápida.

SERVIÇO S DESMABILIZAÇÃO

No período persistimos em nossos esforços para desmobilização dos equipamentos da unidade de serviços. No fim de 2019 conseguimos implementar um acordo para locação com opção de compra de uma sonda de perfuração, pelo valor de US\$1,5 milhão, sendo que a companhia recebeu US\$500 mil em sinal e garantia do negócio. Remanesce um montante de equipamentos estimado em US\$5 a 7 milhões para venda.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Persistimos nos esforços para concluir todas as medidas necessárias ao levantamento da Recuperação Judicial.

Em janeiro de 2020 a corte de falência de Nova Iorque reconheceu mais uma vez o procedimento de insolvência brasileiro - o Plano de Recuperação Judicial e seus aditivos - como válido no território americano. Contudo, o encerramento do processo foi diferido até o cumprimento das medidas previstas no Plano, em especial a emissão de novas Notas em substituição à emissão existente.

Seguimos tomando medidas para regularização fiscal da Companhia, hoje obstada por alguns poucos débitos que estão sendo imediatamente exigidos da Companhia. Há medidas judiciais em curso visando a suspensão da exigibilidade desses créditos, com o que a empresa teria a regularidade fiscal assegurada com a emissão das CNDs.

No 4T19, a Companhia obteve a redução de R\$19 milhões dos passivos concursais, devido em parte ao julgamento procedente de impugnações de crédito e parte devido à liberação de aval.

RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E RECAPITALIZAÇÃO

Ao longo de 2019 houve aumento do volume de consultas de clientes por cotações de nossos produtos. Entendemos que esse movimento antecede a compra efetiva e é um indicador útil. Se em 2019 houve crescimento importante em Válvulas Industriais e em Cabos, o mercado do segmento de Válvulas de Óleo e Gás foi interrompido no início de 2020, quando houve substancial aumento nas licitações convocadas pela Petrobras.

Relatório da Administração



A Companhia tem potencial para sagrar-se vencedora em vários certames, onde apresentou preços mais baixos que os concorrentes, mas que a essa altura não foram concluídos:

- potencial da desmobilização de equipamentos - estima-se US\$5 a 7 milhões em bens à venda;
- boas perspectivas relativas ao ressarcimento de créditos tributários (R\$27 milhões homologados mais 48 milhões em processo) - que dependem do curso de medidas administrativas e judiciais;
- contingências ativas e cobranças litigiosas (R\$72 milhões), que se extingam podem tornar-se líquidas pela execução das dívidas;
- a possibilidade de desmobilização de imóveis não operacionais e operacionais (R\$154 milhões), sempre que equacionadas às hipóteses e outros gravames existentes, adequado ao parque fabril para a ocupação de imóveis com melhor custo-benefício ou efetivado o sale-leaseback das instalações atuais.

FONTES POTENCIAIS DE RECURSOS PARA A RETOMADA

Descrição	Valor (R\$ milhões)
Desmobilização de Ativos	
- Equipamentos remanescentes (Serviços)	25
- Imóveis	154
Restituições Tributárias Impostos	75
Arbitragens/Litígios	72
Total (R\$MM)	326

CONOVANÍRUS

Ainda não é possível mensurar os efeitos financeiros e econômicos decorrentes da pandemia do Coronavírus, COVID-19, nem toda a extensão de seu impacto sobre a companhia. Contudo, é razoável tecer prognósticos sobre os principais riscos subjacentes, sem a pretensão de exaurir todos as possibilidades.

No que tange aos suprimentos, tivemos atrasos na fabricação e transporte de produtos oriundos da China, mas que vêm paulatinamente se regularizando e não terão impactos materiais nos negócios. Já os suprimentos domésticos permaneceram normais até a presente data, mas é razoável esperar que haja impacto tanto na fabricação como na circulação de insumos produzidos, à medida que o impacto leve ou moderado nos prazos de entrega.

Em se tratando de vendas, não houve até a data alteração perceptível no influxo de pedidos, mas há reportes meramente qualitativos de arrefecimento no influxo de consultas de clientes do segmento industrial. Não houve qualquer cancelamento de pedidos decorrente do evento. Contudo, tendo em vista o desenrolar dos fatos, é razoável esperar que nos próximos dias ocorra um arrefecimento da demanda. Impossível antecipar em que patamar e em que duração.

Atividades administrativas e de produção. A partir de 16 de março a companhia tomou diversas medidas preventivas visando produzir o "afastamento social" recomendado pelas autoridades. Grande parte dos funcionários administrativos passou a trabalhar domesticamente, e as equipes de produção foram divididas em turnos de trabalho, quando possível, visando mitigar a interrupção total das atividades. Todas as recomendações de conduta para afastamento de pessoas com sintomas estão sendo implementadas. Como a companhia vem trabalhando com ociosidade, é provável que parte dos atrasos decorrentes das ineficiências introduzidas

(Em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Ativo Circulante	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	176	135	5.834	1.245
Títulos e valores mobiliários	6	-	847	-	847
Contas a receber de clientes	7	5.427	6.704	10.795	31.357
Estoque	8	25.385	19.043	30.436	38.950
Impostos a recuperar	9	1.371	2.736	36.271	23.637
Adiantamento a fornecedores		929	1.088	7.826	13.877
Outras contas a receber	10	6.153	6.037	21.203	26.938
Despesas antecipadas		1.134	1.136	1.165	1.580
Empresas ligadas	17.1	48.478	95.505	-	-
Ativos classificados como mantidos para venda	33	3.236	-	68.670	89.401
Total do ativo circulante		92.289	133.231	184.200	227.832
Não Circulante					
Outros créditos	1	-	-	1	-
Depósitos judiciais	20.3	1.694	2.149	24.986	25.410
Títulos e valores mobiliários	6	1.788	96	1.788	96
Impostos a recuperar	9	39.713	12.944	55.136	53.736
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	-	-	3.932
Empresas ligadas	17.1	21.930	27.858	-	-
Outras contas a receber	10	7.098	7.098	13.026	13.505
Ativos classificados como mantidos para venda	33	3.092	3.449	3.287	3.855
Investimentos					
Investimentos em controladas e coligadas	11.1	210.283	190.087	-	-
Outros investimentos			1	587	587
Propriedade para investimento	11.3	28.510	-	50.452	-
Imobilizado	12	57.014	67.717	84.155	135.937
Intangível					
Agio na aquisição de investimentos	13	55.414	55.414	82.166	102.802
Outros intangíveis	13	4.535	12.753	4.824	13.168
Total do ativo não circulante		431.073	380.431	320.428	353.983
Total do Ativo		523.362	513.662	504.628	581.725
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2019	Controladora 31/12/2018	31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Prejuízo do Exercício		(26.178)	(101.311)	(26.178)	(101.311)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício					
Variação cambial sobre investimentos no exterior	11.1	5.326	52.253	5.326	52.253
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		24.254	3.466	24.254	3.466
Resultado Abrangente Total do Exercício		3.402	(45.592)	3.402	(45.592)
Total do Resultado Abrangente Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		3.402	(45.592)	3.402	(40.980)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	(4.602)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

Demonstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reservas de Capital, Opções outorgadas	Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total da Participação dos Controladores	Participação das Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2017 (Reapresentado)		1.853.684	156.073	(1.962.131)	65.962	113.588	26.325	139.913
Aumento de capital		20.077	-	-	-	20.077	-	20.077
Prejuízo do exercício		-	-	(101.311)	-	(101.311)	(2.625)	(103.936)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	11.1	-	-	-	52.253	52.253	-	52.253
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	24.888	24.888
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	11.1	-	-	-	3.466	3.466	-	3.466
Reserva de capital		-	(3.466)	-	-	(3.466)	-	(3.466)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		1.873.761	152.607	(2.063.442)	121.681	84.607	48.588	133.195
Aumento de capital		11.505	-	-	-	11.505	-	11.505
Prejuízo do exercício		-	-	(26.178)	-	(26.178)	-	(26.178)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	11.1	-	-	-	5.326	5.326	-	5.326
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	(48.588)	(48.588)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	24.254	24.254	-	24.254
Opções outorgadas		-	51	-	51	51	-	51
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		1.885.266	152.658	(2.089.620)	151.261	99.565	-	99.565
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras								

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Fins em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto Prejuízo Líquido por ação, ou quando indicado)

1. Contexto operacional: A Lupatech S/A - Em Recuperação Judicial ("Companhia") e suas controladas e associadas (conjuntamente o "Grupo") é uma sociedade anônima com sede em Nova Odessa, Estado São Paulo, com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo ("B3/LUPA3") e no mercado de balcão nos EUA por meio dos seus ADR (LUPAQ). O grupo, que conta com 272 colaboradores, atua na manufatura (**segmento Produtos**) produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos para ancoragem de plataformas de petróleo; válvulas e equipamentos para completação de poços; artefatos de fibra de vidro, incluindo, entre outros, tubos para revestimento de tubulações petrolíferas, geralmente comercializados juntamente com serviços associados de inspeção e reparo. Até 11 de Setembro de 2019 a companhia opera no negócio de serviços petrolíferos (**segmento Serviços**), negócio do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado e lá associado. **1.1 Continuidade operacional:** O Grupo Lupatech buscou superar a crise econômico-financeira e reestruturar seus negócios através do processo de recuperação judicial, segundo o plano de recuperação judicial apresentado aos seus credores, com o objetivo de preservar a sua atividade empresarial, recuperar sua posição de destaque como um dos mais relevantes grupos econômicos do Brasil relacionados ao setor de óleo e gás, bem como, para manter-se como fonte de geração de empregos, tributos e empregos. A Companhia teve êxito em determinadas medidas implementadas desde o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial as quais viabilizaram a injeção de recursos substanciais em suas operações. Entre tais medidas, tem destaque o recebimento de relevantes quantias do seu principal cliente, venda de participações societárias e venda de ativos imobilizados. Eventos também significativos no processo recuperacional foram a constituição de Sociedade de Propósito Específico, a emissão de debêntures no primeiro trimestre de 2018 (R\$29.313 mil) e o fim primário de efetivar o pagamento dos credores da Classe I, e a emissão de Bônus de Subscrição (R\$340.433) no último trimestre de 2018, para promover o pagamento dos credores das Classes II, III, IV e V da Recuperação Judicial. Nos credores servidos pela Administração, as estimativas indicam a necessidade de obtenção de recursos financeiros adicionais para elevar os níveis de capital de giro para suportar a retomada das operações. Tais recursos poderiam provir, por exemplo, e sem se limitar a, de novas linhas de crédito, aumento de capital com ou sem conversão de dívidas, venda de ativos ou participações societárias, restituição de créditos tributários e repêlimento de passivos. A Administração persegue todas essas opções. Nesse sentido, em agosto de 2019, a Companhia promoveu uma chamada de capital em oferta privada junto a seus acionistas levantando o valor de R\$6.994. Em 2019, fora concluída a negociação da participação societária remanescente na Lupatech Holandesa, que controla a empresa de Serviços Colombiana no valor de US\$5.500 em dinheiro e US\$1.098 em equipamentos. Com a conclusão da Operação, a Companhia não possui mais qualquer relação societária com referidas sociedades. A companhia possui litígios e incialativas para buscar a redução dos seus passivos. No 3º trimestre de 2019, a Companhia obteve movimentos favoráveis em relação ao litígio com o BNDES sobre os créditos extraconcursais, que conduziu a renúncia do passivo pelo assessores legais a cargo. No 4º trimestre de 2019, o total decisão favorável em impugnação de créditos concursais e liberação de aval, além listados na classe III produzindo uma redução do passivo naquela classe no valor de R\$18.766. A Lupatech S/A teve assegurado o direito ao ressarcimento de PIS e da COFINS sobre ICMS, relativo aos impostos recolhidos de dezembro de 2010 a dezembro de 2014, que podem ser compensados com débitos futuros ou restituídos à empresa, após tomadas as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis, medidas estas que tomam o devido tempo para surgir efeito. O trânsito em julgado parcial de dita decisão ocorreu no mês de outubro de 2019, sendo que a companhia segue litigando pelo direito a ressarcir os impostos pagos a maior a partir de 2015. As medidas de obtenção de recursos superamencionadas, se efetivadas dentro do esperado, proporcionarão o capital de giro necessário para a elevação do nível de atividade e o serviço de dívida no curto prazo. Em horizonte mais longo, a Companhia poderá requerer recursos adicionais para financiar sua retomada, em montantes que dependerão da própria velocidade da retomada. Para fazer frente a essa necessidade, a Companhia empreende medidas que poderão ter efeito substancial a médio prazo. Determinadas unidades de negócios têm sido suas operações sustentadas e equiparadas pelas condições de mercado de Óleo e Gás, pela crise econômica do Brasil e pelas repercussões do processo de Recuperação Judicial, tendo o seu nível de atividade e seu desempenho operacional limitado. Na avaliação da Companhia, estas unidades voltarão a operar em patamares superiores à medida que o ambiente de negócios se normaliza, sempre que os recursos necessários ao seu capital circulante sejam conferidos. Recentemente, a partir do final de 2019 e do início do ano de 2020, a Petrobras e outros clientes demandaram licitações de valor substancial para as unidades de negócio de Válvulas de Óleo e Gás e Cabos de Ancoragem. Tais eventos são importantes indicadores da esperada retomada da atividade na indústria. Oportunidades estratégicas de acelerar a retomada da atividade e/ou mitigar riscos de continuidade por meio de fusões e aquisições são continuamente monitoradas pela Administração. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incureu em prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$26.544 na controladora e R\$30.283 no consolidado (prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$103.030 na controladora e R\$117.019 no consolidado) em decorrência do passivo pelo exercício de 2019 e em, 31 de dezembro de 2019, o total prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$5.341 na controladora e R\$5.341 no consolidado e o total do ativo circulante excedeu o total de passivo circulante em R\$115.836 (Em 31 de dezembro de 2018 o total de ativo circulante excedeu o total de passivo circulante em R\$28.527 na controladora, e no consolidado o total do ativo circulante excedeu o total do passivo circulante em R\$99.843). Em que pese a melhora nos resultados, a continuidade depende não só da melhoria do desempenho, mas também do êxito da Companhia em obter recursos adicionais necessários ao abastecimento do capital de giro e ao serviço de dívida. **1.2 Recuperação Judicial: 1. Processo de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech:** Em 25 de maio de 2015, a Lupatech S/A e suas controladas diretas e indiretas (Grupo Lupatech), obtiveram a aprovação do Conselho de Administração para o pedido de Recuperação Judicial da Companhia, nos termos do artigo 122, parágrafo único, da Lei 6.404/76. Naquela mesma data, a Lupatech S/A e suas controladas: Lupatech Finance Ltda.; Amper Amazonas Perfluorados Ltda.; Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda.; Loehs Participações S/A; Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda.; Lupatech - Perfuração e Completção Ltda.; Matep S/A e suas controladas: Matep Indústria e Comércio de Válvulas Ltda.; Prest Perfuração Ltda.; Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S/A; autizaram, na Comarca de São Paulo, o pedido de recuperação judicial perante o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, o qual foi deferido em 22 de junho de 2015. Como administrador judicial foi nomeada a Alta Administração Judicial Ltda., inicialmente, o Grupo Lupatech apresentou um Plano de Recuperação Judicial, aprovado pelos credores em Assembleia Geral e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflicto Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo em 11 de dezembro de 2015. Posteriormente, em 27 de junho de 2016, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento a agravos de instrumento interpostos por dois credores, anulando a decisão homologatória do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech. A Companhia continua perseguindo, via recurso especial, a anulação de multa por litigância proletrária indevidamente aplicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo que anulou o Plano de Recuperação Judicial anteriormente apresentado. Em 5 de setembro de 2016, foi apresentado novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech junto ao juízo de origem, atendendo aos critérios estabelecidos nos acordos da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São

Paulista, mas existem setores fabris que podem constituir gargalos relevantes se tiverem de ser paralisados. Sob o ângulo financeiro, no que toca às entradas de recursos, a companhia está atenta ao potencial aumento da inadimplência de clientes, que passou a ser observado a partir da presente semana, com a eclosão da crise no Brasil. É possível que transações envolvendo ativos que vinham sendo negociados sejam postergadas ou mesmo canceladas. Quanto às saídas de recursos, dependendo da combinação e amplitude de todos efeitos ora descritos, a companhia pode ver, ou não, a sua capacidade de pagamento substancialmente reduzida, o que, no limite, poderia gerar a afetar o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

Rafael Gorenstein
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

DESEMPENHO OPERACIONAL

No Segmento de Produtos, na comparação do 4T19 com o 3T19, tivemos um incremento nas vendas tanto de Válvulas Oil&Gas, como nas Válvulas Industriais, refletindo melhor desempenho da Companhia num mercado que ainda se mostra relativamente estagnado, porém já demonstrando sinais de melhora. Nos negócios de válvulas, comparando 2019 com o ano de 2018, ainda que tenha se observado uma aceleração no curso do ano, o cenário de estagnação, com receitas em mesmos patamares. Esse comportamento espelha a estagnação econômica com vários de retomada. No negócio de Tubulares após a conclusão de um pequeno contrato em 2018, as plantas voltaram a parar por falta de atividade. No Segmento de Serviços, as receitas na divisão de *Oilfield Services* Brasil espelham a descontinuação dos negócios no Segmento em curso desde 2017. O fatiamento ocorrido não é decorrente da operação, refere-se à descontinuação de saídas de estoques.

No 4T19 versus o 3T19 a carteira de pedidos e contratos com obrigação de compra ("Order Backlog") da Companhia no Brasil somou R\$15,7 milhões (R\$5 milhões em 2018). A Companhia possui na mesma data um saldo em contratos de fornecimento sem obrigação de compra no montante de R\$4,4 milhões. Não estão incluídas nessa cifra licitações vencidas para as quais não foram emitidos os respectivos pedidos.

No 4T19 versus o 3T19 no Segmento de Produtos, as despesas com vendas tiveram pequeno aumento a reboque do aumento de receita. Ao comparar 2019 com 2018, a redução se explica por despesas com multas contratuais no exercício anterior. No Segmento de Serviços comparando 2019 com 2018, as despesas com vendas ficaram maiores pela provisão de perdas com créditos de clientes.

No Segmento de Produtos, ao comparar o 4T19 com o 3T19, apurou-se um incremento relevante nas despesas administrativas, atribuído a ajustes no rateio de despesas fixas corporativas. Comparando 2019 com 2018, o aumento se explica substancialmente pela mesma razão. No Segmento de Serviços, comparando o 4T19 e o 3T19 o aumento fruto de ajustes no rateio de despesas fixas. Na comparação de 2019 ante 2018 estão em níveis similares. Nas Despesas Corporativas, houve aumento no 4T19 ante o 3T19 referente à honorários advocatícios e gastos com a recuperação judicial. Mas ao comparar 2019 versus 2018 observamos uma pequena redução.

As Outras Receitas e (Despesas) Operacionais no 4T19 destacam-se os seguintes fatores: (i) R\$3,9 milhões de despesas com ociosidade de produção; (ii) R\$18,5 milhões correspondente ao efeito líquido negativo dos ajustes por impairment e resultado de alienação dos ativos; (iii) R\$19,1 milhões de redução de passivos da Recuperação Judicial; (iv) R\$2,1 milhões aumento por provisão de processos contingentes (principalmente trabalhistas) de acordo com a análise dos assessores jurídicos e (v) R\$3,0 milhões de despesas por baixa de adiantamentos a fornecedores.

A variação ocorrida entre o 4T19 e o 3T19 nas Receitas Financeiras se deve principalmente à parcela de atualização monetária de ativos contingentes de créditos tributários reconhecidos no 3T19, e a contabilização de receita de Ajuste a Valor Presente reconhecidos no 4T19. No comparativo anual a variação é explicada pelo ajuste a valor justo referente à emissão de Bônus de Subscrição conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, pela variação monetária decorrente de atualização de SELIC oriundos de pedido de restituição de IRPJ e CSLL, no ano de 2018.

Na comparação 2019 versus 2018, a redução das despesas financeiras se deve principalmente ao registro de multas, juros e despesas oriundas de parcelamento de débitos tributários pela adesão e consolidação do PERT, no exercício anterior. No 4T19 versus o 3T19 a Variação Cambial Líquida resultou em receita, devido a desvalorização do dólar em 3,2%. No comparativo 2019 x 2018 o dólar sofreu uma valor

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto Prejuízo Líquido por ação, ou quando indicado)

	31/12/2019	31/12/2018
Receita Operacional Líquida	73.662	91.877
Custo dos Produtos Vendidos	(54.670)	(74.565)
Lucro Bruto	18.992	17.312
Receitas (Despesas) Operacionais		
Com vendas	(845)	(710)
Gerais e administrativas	(3.163)	(4.310)
Outras receitas, despesas operacionais líquidas	—	386
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	14.984	12.678
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	223	216
Despesas financeiras	(2.602)	(2.886)
Varição cambial, líquida	5	141
Participação não-controladores	(4.084)	(4.602)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	8.526	5.547
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Correntes	(4.290)	(425)
Diferidos	—	—
Lucro das Operações Descontinuadas	4.236	5.122

Conselho de Administração

Carlos Mario Calad Serrano
Celso Fernando Lucchesi
João Marcos Cavichiolli Feitiro
Rafael Gorenstein
Simone Anhaia Melo

35. Fluxo de caixa das operações descontinuadas: O fluxo de caixa das operações descontinuadas está apresentado da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.895	11.651
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.231)	(3.056)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(508)	(9.189)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	156	594

36. Eventos subsequentes: Aumento de Capital Social: Em 10 de janeiro de 2020 e 11 de fevereiro de 2020 conforme atas das reuniões divulgadas nas respectivas datas, o Conselho de Administração homologou o aumento de Capital da Companhia por meio de exercício parcial realizado das opções outorgadas. O aumento realizado foi de R\$3.114. **Coronavírus (COVID-19):** Ainda não é possível mensurar os efeitos financeiros e econômicos decorrentes da pandemia do Coronavírus (COVID-19), nem toda a extensão de seu impacto sobre as atividades da companhia. Contudo, é razoável terer prognósticos sobre os principais riscos subjacentes, sem a pretensão de exaurir todas as possibilidades. No que tange aos suprimentos, tivemos atrasos na fabricação e transporte de produtos oriundos da China, mas que vêm paulatinamente se regularizando e não terão impactos materiais nos negócios. Já os suprimentos domésticos permaneceram normais até a presente data, mas é razoável esperar que haja impacto tanto na fabricação como na circulação de insumos produtivos, o que pode ter impacto leve ou moderado nos prazos de entrega. Em se tratando de

vendas, não houve até a data alteração perceptível no influxo de pedidos, mas há reportes meramente qualitativos de arrefecimento no influxo de consultas de clientes do segmento industrial. Não houve qualquer cancelamento de pedidos decorrente do evento. Contudo, tendo em vista o desenrolar dos fatos, é razoável esperar nos próximos dias ocorra um arrefecimento da demanda. Impossível antecipar em que patamares e em que duração. Atividades administrativas e de produção. A partir de 16 de março a companhia tomou diversas medidas preventivas visando produzir o "afastamento social" recomendado pelas autoridades. Grande parte dos funcionários administrativos passou a trabalhar domesticamente, e as equipes de produção foram divididas em turnos de trabalho quando possível, visando mitigar a interrupção total das atividades. Todas as recomendações de conduta para afastamento de pessoas com sintomas estão sendo implementadas. Como a companhia vem trabalhando com ociosidade, é provável que parte dos atrasos decorrentes das infecções introduzidas seja mitigada, mas existem setores fabris que podem constituir gargalos relevantes se tiverem de ser paralisados. Sob o ângulo financeiro, no que toca às entradas de recursos, a companhia está atenta ao potencial aumento da inadimplência de clientes, que passou a ser observado a partir da presente semana, com a eclosão da crise no Brasil. É possível que transações envolvendo ativos que vinham sendo negociados sejam postergadas ou mesmo canceladas. Quanto às saídas de recursos, dependendo da combinação e amplitude de todos efeitos ora descritos, a companhia pode ver, ou não, a sua capacidade de pagamento substancialmente reduzida, o que, no limite, poderia chegar a afetar o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

Diretoria

Rafael Gorenstein
Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Paulo Prado da Silva
Diretor sem designação específica

Contador

Vanessa Melo de Souza
CRC-RS 099111/O-2

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Rafael Gorenstein - Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Prado da Silva - Diretor sem designação específica

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Rafael Gorenstein - Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Prado da Silva - Diretor sem designação específica

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da **Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial** - Nova Odessa - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. **Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfases: Recuperação Judicial:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2 as demonstrações financeiras, em 8 de novembro de 2016, a Lupatech S.A. e suas controladas diretas e indiretas, tiveram seu novo plano de recuperação judicial aprovado pela Assembleia Geral de Credores do Grupo Lupatech, tendo sido homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sem quaisquer ressalvas, em 1 de dezembro de 2016. A Companhia apresentou embargos de declaração uma vez que o despacho da homologação não mencionou uma das empresas do Grupo em recuperação judicial. No dia 15 de fevereiro de 2017 o juízo corrigiu seu despacho de homologação incluindo a empresa não mencionada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve apresentação de nenhum agravo contra o plano homologado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas têm gerado prejuízos recorrentes e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 incorreram em prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social de R\$26.544 mil na controladora e R\$30.283 mil no consolidado e não têm gerado caixa em montante suficiente para a liquidação de suas obrigações. Essas condições, juntamente com o fato da Companhia e suas controladas terem ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. A reversão desta situação de prejuízos recorrentes e dificuldade na geração de caixa, bem como a capacidade de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal do negócio da Companhia, dependem do sucesso dos planos de readequação da estrutura financeira e patrimonial da Companhia e suas controladas, das ações para concretização das projeções realizadas, que incluem retomada de atividades e processos de licitações, assim como o cumprimento do plano de recuperação judicial, descritos na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. **Incerteza relevante na adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, durante o exercício de 2018 a Companhia promoveu a adesão de diversas sociedades controladas e investidas do Grupo Lupatech ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017 e pela Lei nº 13.496/2017. A Companhia, por meio dessa ação, reorganizou o montante de R\$123.000 mil de seu passivo relacionado a contingências e obrigações fiscais, o qual veio acompanhado de descontos em juros, multas e encargos num total de R\$48.000 mil. Devido a questões operacionais nos processos de adesão e processamento das informações pela Receita Federal do Brasil, até a data de emissão desse relatório, parte significativa (73%) dos passivos aderidos não foram consolidados pela Receita Federal do Brasil. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, tomou tempestivamente as medidas administrativas e legais preventivas indicadas para assegurar o direito ao processamento da adesão, considerada como provável pelos consultores jurídicos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. **Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, a existência de operações descontinuadas para o exercício de 2019, em virtude da negociação de participação societária remanescente da Lupatech OFS Cooperatief U.A. e Lupatech OFS S.A.S, a Companhia está apresentando na nota explicativa nº 34 a demonstração de resultado para o exercício de 2018 e de 2019, para classificar separadamente o resultado das operações descontinuadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Avaliação de perda ao valor recuperável ("impairment") de imobilizado e ativo (goodwill) - Controladora e Consolidado:** Conforme descrito na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas têm enfrentado dificuldades na geração de lucros e de fluxos de caixa

suficientes em suas operações e estão em processo de recuperação judicial. Com a identificação desses indicadores a Companhia avaliou a existência de redução ao valor recuperável em relação às suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") onde estão alocados o imobilizado e o ativo conforme as notas explicativas nº 12 e nº 13. Para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras. A determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos requer o uso de premissas e julgamentos significativos pela Companhia que estão sujeitos a um alto grau de incerteza sobre a realização de premissas futuras de negócios, sobre os indicadores de mercado utilizados na determinação de taxas de desconto, bem como incerteza significativa sobre a capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, o que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Por essa razão, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. Como esse assunto foi conduzido na auditoria: Avaliamos a integridade matemática e das premissas relevantes utilizadas na preparação da projeção dos fluxos de caixa descontados para cada UGC, incluindo também a comparação das previsões com o desempenho passado, a avaliação da existência de um mercado ativo para as UGCs avaliadas e de outras evidências sobre a determinação do valor justo utilizado na determinação do valor recuperável, tais como laudos a valor de mercado preparados por especialistas, quando aplicável, e a avaliação e consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Efetuamos ainda a análise de sensibilidade para as principais premissas utilizadas na projeção elaborada pela Companhia e suas controladas. Avaliamos ainda a adequação das divulgações relacionadas ao assunto. **Provisões e passivos contingentes - tributárias, trabalhistas e cíveis - Controladora e Consolidado:** Conforme descrito na nota explicativa nº 20, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e também é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Devido ao grau de incerteza, à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes que podem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Como esse assunto foi conduzido na auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para a mensuração de perdas, incluindo a avaliação do julgamento significativo sobre a determinação das probabilidades e dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e/ou divulgados, e se o julgamento foi aplicado de forma adequada e consistente durante todos os períodos apresentados. Para determinarmos a adequada utilização de premissas no julgamento realizado pela Companhia, analisamos os posicionamentos e opiniões dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia que fundamentaram os seus entendimentos e julgamentos. Para as estimativas de perdas trabalhistas e cíveis, recalculamos os critérios de constituição de provisão com base na política determinada pela Companhia e comparamos com dados e informações. Com o auxílio de nossos especialistas em impostos, obtivemos o adequado entendimento da exposição a riscos tributários relacionados aos requerimentos legais impostos ao negócio e opiniões legais obtidas pela Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais assuntos tributários, trabalhistas e cíveis que a Companhia está envolvida. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos

que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, de dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de março de 2020

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC-2SP033508/O-1

Diego Del Maestro Monteiro
Contador - CRC-1SP302957/O-3

Sérgio Ricardo de Oliveira
Contador - CRC-1SP186070/O-8